

## UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO TEOLÓGICA NO BRASIL SOBRE O ABORTO

Ivanaldo Santos

### RESUMO

O objetivo do artigo é analisar a produção teológica brasileira sobre o aborto. Essa análise não leva em conta toda a história da Igreja e nem toda a rica produção teológica sobre o aborto no Brasil. Por causa disso, ele se restringe a década de 1970 até o ano de 2012. Para alcançar esse objetivo, o artigo foi dividido em três partes: Aborto e teologia no Brasil: a perspectiva da crítica social e a ênfase na doutrina da Igreja; Aborto e teologia no Brasil: a crítica à doutrina da Igreja; Aborto e teologia no Brasil: reafirmação da doutrina da Igreja e nova postura pastoral. Por fim, afirma-se que a Igreja e os cristãos devem ser a verdadeira vanguarda cultural. Uma vanguarda marcada pela defesa da dignidade da pessoa humana, da inclusão da mulher nos espaços sociais, do acolhimento da mulher que tentou ou fez um aborto e da constante luta contra toda e qualquer forma de manifestação do aborto e de outros elementos que compõem a cultura da morte.

**Palavras-chave:** Aborto. Análise. Teologia. Brasil.

### ABSTRACT

The main aim of this article is to analyze the Brazilian theological production on abortion. This analysis does not take into account the entire history of the Church and not all rich theological production on abortion in Brazil. That being so, it attains from the 1970s to 2012. In order to achieve this goal, the article was divided into three parts: Abortion and theology in Brazil: the perspective of social criticism and the emphasis on the doctrine of the Church; Abortion and theology in Brazil: a critique of the doctrine of the Church; Abortion and theology in Brazil: reaffirmation Church doctrine and new pastoral position. Finally, it states that the church and Christians should be the true cultural vanguard. A distinct vanguard in defense of human dignity, inclusion of women in social spaces, the hospitality of the woman who tried or had an abortion and the constant struggle against all forms of manifestation of abortion and other elements that make up the culture of death.

**Keywords:** Abortion. Analysis. Theology. Brazil.

## 1 INTRODUÇÃO

O aborto ou simplesmente a interrupção voluntária da gravidez é um tema que vem sendo tratado, de formas diferentes, desde a Antiguidade. No entanto, mesmo os povos mais liberais, como, por exemplo, os romanos, tinham algum tipo de política de restrição a essa prática. As reivindicações de liberação total do aborto são relativamente jovens e datam do final do século XIX. Essas reivindicações são, em grande medida, produto dos ideais iluministas, socialistas e de outras correntes filosóficas que nasceram e se desenvolveram na modernidade.

Na prática, a primeira experiência de liberação total do aborto aconteceu na extinta União Soviética, a Rússia socialista, que em 08/11/1920 aprovou uma lei que permitia a prática total do aborto até os três primeiros meses da gestação. Após o fim do bloco socialista, em 1991, a Rússia passou por uma série de questionamentos a essa lei, até que no início do século XXI foi aprovado, no Parlamento russo, um conjunto de leis que restringem a prática abortiva. No tocante ao aborto a situação da Rússia não é isolada no mundo. Atualmente veem-se muitos países que legalizaram essa prática e, em muitos outros, incluindo o Brasil, existe forte pressão de grupos pró-aborto, de grupos feministas e ativistas ligados à cultura liberal que desejam legalizar essa prática.

Com relação ao aborto e à prática de outras formas de controle da natalidade e/ou controle populacional, até o final do século XIX e início do XX a Igreja quase não pregava contra essas formas. O motivo é que a doutrina católica condenava – e continua a condenar – as práticas que impedem a gravidez e o nascimento (esterilização, uso de anticoncepcionais, realização do aborto, etc), mas naquele momento histórico havia poucos métodos anticoncepcionais disponíveis ao grande público, sem contar que os governos e as empresas privadas, em sua maioria, quase não tinham políticas de incentivo a antinatalidade. Essa postura mudou radicalmente no início do século XX, quando alguns governos, setores ligados a empresas privadas e a indústria farmacêutica, partidos políticos, grupos feministas e até mesmo setores ligados a intelectualidade universitária passaram a incentivar e a financiar a prática e difusão de métodos e técnicas antinatalidade. Nesse contexto, o aborto foi uma técnica antinatalidade amplamente utilizada e incentivada (SULLOWAY, 1967, p. 219).

No início do século XX a Igreja promoveu uma grande mudança em sua política de orientação para a natalidade, ou seja, passou a condenar e, ao mesmo tempo, orientar os fiéis e a sociedade sobre os males e os perigos do aborto e dos demais métodos de controle da natalidade. A Igreja condena o aborto por se tratar da “maior de todas as formas de exclusão social que existem” (FAIȚA

NIN, 2004, p. 167). E isso acontece porque ele promove a exclusão radical, a exclusão da própria vida, do próprio ato de viver. E essa exclusão acontece justamente numa época em que a ciência e a economia conseguem dispor, em benefício do ser humano, todos os recursos necessários e suficientes para a manutenção da vida.

Desde a década de 1970 que a Igreja, de forma mais acalorada, vem debatendo sobre o aborto. Em várias partes do mundo (Europa, EUA, América Latina, etc) a Igreja vem debatendo, quase que constantemente, o aborto. Esse debate tem ajudando a vários ramos das ciências humanas a tomarem uma maior consciência e, ao mesmo tempo, formularem novas posturas e reflexões críticas sobre a temática do aborto. Apesar disso a palavra que muitos setores da sociedade esperam da Igreja, ou seja, uma permissão teológica para a prática do aborto, ainda não foi – e nunca será – proferida. A Igreja, fiel aos ensinamentos de Jesus Cristo e dos apóstolos, tem reiteradamente defendido toda e qualquer forma de vida humana, incluindo a vida não nascida, o feto ainda no ventre da mãe (ROXO, 1967).

O presente estudo não é uma visão exaustiva e heurística da produção intelectual sobre o aborto. Isso é algo quase impossível para as simples exigências de um artigo científico. No entanto, seu objetivo é algo bem válido e atual. Objetiva-se analisar a produção teológica brasileira sobre o aborto. Essa análise não leva em conta toda a história da Igreja e nem toda a rica produção teológica sobre o aborto no Brasil. Por causa disso, ele se restringe a década de 1970 até o ano de 2012. Logo perfazendo uma considerável parte da segunda metade do século XX e o início do XXI. Além disso, não analisa 100% dos artigos científicos publicados sobre a rubrica de *teologia* no Brasil e que tratam da temática do aborto.

Para alcançar esse objetivo o artigo foi dividido em três partes, sendo elas: Aborto e teologia no Brasil: a perspectiva da crítica social e a ênfase na doutrina da Igreja; Aborto e teologia no Brasil: a crítica à doutrina da Igreja; Aborto e teologia no Brasil: reafirmação da doutrina da Igreja e nova postura pastoral. Por fim, afirma-se que a Igreja e os cristãos devem ser a verdadeira vanguarda cultural. Uma vanguarda marcada pela defesa da dignidade da pessoa humana, da inclusão da mulher nos espaços sociais, do acolhimento da mulher que tentou ou fez um aborto e da constante luta contra toda e qualquer forma de manifestação do aborto e de outros elementos que compõem a cultura da morte.

## 2 ABORTO E TEOLOGIA NO BRASIL: A PERSPECTIVA DA CRÍTICA SOCIAL E A ÊNFASE NA DOCTRINA DA IGREJA

Nessa seção apresentam-se dois pesquisadores que realizam uma honesta crítica social aos dilemas e

limites da sociedade contemporânea. Ao mesmo tempo, esses pesquisadores reafirmam a doutrina da Igreja sobre a dignidade e inviolabilidade da vida humana.

O primeiro desses pesquisadores é Urbano Zilles, o qual faz uma análise crítica do homem contemporâneo. Em suas palavras:

Nos últimos séculos, o homem apostou no cultivo sem limites da racionalidade e objetividade científicas para desenvolvimento da tecnociência e assenhorar-se da natureza. Desvendou os segredos do genoma humano, capacitando-se para manipular o código do princípio genoma. Assumiu a dialética do senhor e do escravo, reduzindo seu ser à razão instrumental para dominar o mundo. Esqueceu que ele mesmo não é apenas razão e que sua razão não é apenas instrumental, pois também é coração, sentimento e emoção. (ZILLES, 2007, p. 338).

Para Zilles (2007), o homem contemporâneo tem investido, de forma exagerada, na razão instrumental e, por causa disso, tem esquecido outras dimensões da vida humana, como, por exemplo, os sentimentos, a poesia e a vida mística e religiosa. Essa análise conduz a Urbano Zilles a demonstrar que a crítica ao aborto não é apenas uma crítica feita por setores religiosos da sociedade, mas uma crítica realizada por amplos setores sociais que incluem grupos de intelectuais, pessoas não religiosas, artistas e cientistas. Sobre essa questão o próprio Zilles (1990) esclarece:

A questão do aborto não é, e nunca foi, apenas uma questão religiosa, senão na medida em que é questão humana e da natureza humana. Para repudiar a prática e a despenalização do aborto não necessariamente se tem que apelar a princípios religiosos. É uma postura que, no mínimo, goza da mesma plausibilidade racional que a posição contrária. (ZILLES, 1990, p. 307).

Assumindo a perspectiva da doutrina da Igreja, Zilles (2009) vê a sexualidade humana não como uma máquina pronta para o ato sexual, mas como um organismo vivo, repleto de nobres sentimentos, sonhos e convicções éticas. A sexualidade e, por consequente, a concepção não podem ser reduzidos a um objeto sem vida que se compra e vende. Pelo contrário, tanto a sexualidade como a concepção estão carregados de vida, e “vida em abundância” (João 10, 10), que necessitam ser respeitados e guiados, de forma ética, para uma saudável realização humana.

Por tudo isso, o próprio Zilles (1977) vê a regulação da natalidade com grande prudência. Em sua visão, deve-se entender a regulação da natalidade como um processo natural onde os cônjuges buscam o melhor momento para ter e criar os (as) filhos (as). Para ele,

nunca se deve buscar formas econômicas ou projetos políticos que legalizem formas artificiais, traumáticas e autoritárias de regulação da natalidade. Ele coloca o aborto entre essas formas traumáticas e autoritárias. Apesar dessa profunda reflexão, Urbano Zilles não aponta uma prática ou postura pastoral que possa corrigir ou amenizar as angústias da sociedade pautada na razão instrumental e, ao mesmo tempo, verificar e reinventar a prática do aborto.

O segundo pesquisador é Jaime Snoek. No início da década de 1960, ele realizou uma importante reflexão teológica e humanística sobre as relações existentes entre a ética cristã, a fecundidade humana e os métodos contraceptivos. Vale salientar que foi nesta época que a sociedade ocidental e a Igreja viveram um período de intenso debate sobre os limites e os perigos éticos dos novos e artificiais métodos contraceptivos.

No tocante ao aborto, no artigo *Aspectos biológicos, éticos e jurídicos do aborto*, publicado em 1971 na *Revista Eclesiástica Brasileira* Jaime Snoek realiza uma breve síntese, histórica e doutrinária, sobre como o aborto foi percebido pelos cristãos e pela Igreja desde a geração apostólica, passando pela Patrística e pela Idade Média até chegar a era moderna e ao contemporâneo.

Além disso, nesse mesmo artigo, Jaime Snoek apresenta e analisa um forte e popular argumento, pelo menos dentro dos grupos pró-aborto, que defende a legalização e a prática do aborto. Trata-se do argumento da humanização progressiva ou humanização adiada. É um argumento que afirma que o feto tem uma “consistência ainda muito precária” (SNOEK, 1971, p. 883) e que, por causa disso, não se pode afirmar, com convicção, que se trata de um ser humano. Para esse argumento, apenas o fenômeno do nascimento pode atestar que o conteúdo intrauterino, o feto, tratava-se de um ser humano. De alguma forma, como se fosse um milagre ou um ato mágico, o nascimento confere ao indivíduo o *status* de ser humano. Snoek (1971) resume o argumento da humanização adiada da seguinte forma:

[...] o homem todo nasce *in instanti*, num momento, e a proibição de matar existe a partir daquele momento. Para os *liberais* este momento é o nascimento. Enquanto não aparece a criança, enquanto não existe *experienced life*, não se toma conhecimento. Enquanto feto, é *produto* da mulher e cabe a ela dispor sobre ele: *ton corps est à toi*. É um problema pessoal e ninguém tem nada com isso (SNOEK, 1971, p. 885).

Snoek (1971) não aceita o argumento da humanização adiada, ou seja, que somente após o nascimento o indivíduo é humano e, por isso, seria válido a prática do aborto. Para ele esse tipo de argumento é uma espécie de *armadilha* que esconde interesses econômicos, políticos e ideológicos de diversos grupos, os quais tem,

entre seus objetivos sociais, a eliminação de indivíduos ou de setores da sociedade. Por causa disso, ele adverte que hoje se tenciona matar o feto dentro do ventre da mãe e “amanhã se pode julgar que minha vida não tem mais utilidade nenhuma” (SNOEK, 1971, p. 887).

Por causa disso, ele defende que a sociedade deve acolher o novo indivíduo, a criança recém-nascida. Em suas palavras: “sob pena de caminhar para a sua autê destruição a sociedade deve acolher todo sujeito novo que se anuncia, todo ser humano que aparece no seu horizonte. Qualquer legalização do aborto seria frontalmente contra a própria sociedade” (SNOEK, 1971, p. 888).

Ainda segundo Snoek (1971), é por causa da radical necessidade da sociedade integrar todo e qualquer indivíduo, incluindo o não nascido, que a Igreja tem a missão humanizadora de combater o aborto e de lutar pela inclusão do feto no ambiente social. Para ele, a “Igreja falharia seriamente na sua missão de ser instância crítica e formadora das consciências se não levantasse a voz contra um mal [o aborto] que se vem alastrando tão assustadoramente” (SNOEK, 1971, p. 888).

### 3 ABORTO E TEOLOGIA NO BRASIL: A CRÍTICA À DOCTRINA DA IGREJA

Nessa parte do artigo é apresentado um pequeno, mas não exaustivo, conjunto de teóricos e de estudos científicos que questionam a doutrina da Igreja sobre a sacralidade, santidade, inviolabilidade e dignidade da vida humana. São estudiosos de temáticas e correntes epistemológicas diferentes, mas que tem em comum um forte questionamento da doutrina da Igreja sobre o feto e a vida humana e, por causa disso, abrem a possibilidade da aceitação do aborto.

A primeira e a grande representante desse grupo é a teóloga católica Ivone Gebara. Em mais de 40 anos de análise teológica, ela desenvolveu uma profunda análise sobre a condição da mulher na Igreja e na sociedade. Com isso, ela ajudou a construir e a consolidar a chamada *teologia feminista*. Ivone Gebara é profundamente influenciada pelas ideias feministas e por correntes do marxismo. A partir da década de 1980 ela começa a realizar uma análise da condição da mulher no Ocidente e na Igreja.

Com relação a relação entre a teologia e o aborto, Ivone Gebara causou espanto e polêmica ao conceder uma entrevista a prestigiada revista *Veja*, em 1993, e defender a prática do aborto<sup>1</sup>. Nessa entrevista ela defende a tese que o aborto não é pecado e que, do ponto de vista teológico, deve ser legalizado no Brasil (GEBARA, 1993).

<sup>1</sup> Uma síntese da polêmica entrevista que a teóloga Ivone Gebara concedeu a revista *Veja*, em outubro de 1993, defendendo a prática do aborto, e das querelas que essa entrevista provocou, pode ser encontrada em: Oliveira (1997, 79-81).

A partir dessa entrevista ela passa a criticar abertamente a hierarquia e o magistério da Igreja. Para ela, a Igreja é a causa das mulheres terem os seus “poderes religiosos negados” (GEBARA, 2010, p. 6), da mulher ser parte integrante da “marginalizada história nas instituições católicas” (GEBARA, 2013, p. 1) e, por conseguinte, é “rejeitada não só pela hierarquia, mas pela cultura religiosa presente nas Igrejas” (GEBARA, 2009, p. 2). Em um depoimento prestado ao livro *Aborto: conversando a gente se entendi*, organizado pela Organização Não Governamental (ONG), que defende o aborto de forma ultraradical, Católicas pelo Direito de Decidir (CDD), Ivone Gebara afirma que a “lei que a Igreja defende prejudica as mulheres pobres” (CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR, 2007, p. 11) e que, por isso, é preciso haver a legalização do aborto, mesmo que essa legalização implique em romper com a doutrina da Igreja.

No artigo *Direito a decidir: algumas reflexões filosóficas e teológicas*, Ivone Gebara relativiza o conceito de *vida*. Para ela, esse conceito “num sentido genérico e abstrato é relativamente recente”. Por causa disso, “minha vida é meu corpo, suas necessidades, suas relações e suas produções”. A conclusão que ela chega é que devido ao conceito de *vida* ser relativamente novo e sem muita consistência pode-se afirmar que o “direito a decidir sobre nosso corpo, sobre nossa vida sexual, sobre um possível aborto ou interrupção da gravidez” (GEBARA, 2010).

Já no artigo *Em defesa da legalização e da descriminalização do aborto*, ela defende abertamente o aborto. Nesse artigo, Ivone Gebara apresenta a tese de que o “aborto traz uma dor imensa, não é uma ação tranquila. Mas deve ser uma opção em certas situações, como em caso de violência, de abuso sexual, e, de maneira especial, em relação às mulheres mais pobres. Essa é a bandeira que eu levanto” (GEBARA, 2007, p. 2). Ela usa o argumento da pobreza – existem mulheres pobres – para afirmar que, apesar dos apelos éticos da Igreja, o aborto deve ser legalizado. Vale salientar que a tese da pobreza – existem mulheres pobres – é muito utilizada por amplos setores que defendem o aborto, numa tentativa de justificar a realização dessa prática.

Por causa da crítica a hierarquia e ao magistério da Igreja e, ao mesmo tempo, pela defesa, quase que intransigente, do aborto, Ivone Gebara é considerada, em muitos setores do movimento feminista, como a decana da defesa do aborto no Brasil. Seus argumentos são utilizados, dentro e fora da Igreja, para tentar justificar a legalização do aborto no Brasil e em outras partes do mundo. O discurso de Ivone Gebara de que, por exemplo, a Igreja é opressora, que nega direitos a mulher e que a mulher pobre, pelo fato de ser pobre, tem o direito de abortar, é constantemente repetido por

grupos, dentro e fora da Igreja, que sonham e lutam pela legalização do aborto.

O problema é que Ivone Gebara não incorpora, em sua obra, a crítica ao feminismo. Sobre a crítica ao feminismo desenvolvida por setores do próprio movimento feminista é preciso observar que, dentro desse movimento, existem vozes que afirmam que o *feminismo alienou as mulheres* (RANKIN, 2013) e que, por causa disso, o movimento iludiu uma geração de mulheres ao afirmar que era possível cuidar primeiro da carreira e depois ter filhos – plano frustrado pelas limitações impostas pela natureza (PAGLIA, 2012).

Ainda dentro da perspectiva de crítica ao feminismo é preciso observar que tanto o homem como a mulher foram gravemente prejudicados pela engenharia social dos *Illuminati* – com a ajuda dos governos, da mídia e do sistema de ensino – que propositadamente debilitaram o sexo e o casamento. As mulheres ganharam *empoderamento* e os homens foram efeminados. O propósito é o de neutralizar e recriar a humanidade de modo a que esta se torne numa raça neutra. Além disso, hoje em dia as jovens mulheres estão tão ocupadas em busca duma carreira profissional que elas são virtualmente indistinguíveis dos homens. O feminismo deu órgãos sexuais masculinos psicológicos às mulheres (MAKOW, 2013).

Já o pós-feminismo descreve uma reação contra o feminismo, especialmente contra as teses feministas desenvolvidas durante as décadas de 1960 a 1980. A expressão *pós-feminismo* atualmente é empregada como *rótulo* para diversas teorias que analisam de maneira crítica os discursos feministas. Os textos pós-feministas surgidos nas décadas de 1980 e 1990 retratam o feminismo como uma entidade monolítica, que trabalha com uma mulher idealizada e não com a mulher real, que existe dentro da sociedade. Para o pós-feminismo, o feminismo errou ao tentar impor uma ideologia às mulheres. Ao invés disso, o pós-feminismo tenta discutir a condição da mulher em uma sociedade moderna e tecnológica, que necessita de um novo papel e uma nova definição de mulher.

No entanto, vê-se que Ivone Gebara não incorpora, ignora ou esquece os postulados da crítica ao feminismo e o movimento pós-feminista. Esses postulados levam a refletir sobre uma relação mais humana e ética entre a mulher e a gravidez, uma reflexão que exclui a possibilidade do aborto. O perigo desse tipo de *esquecimento*, por parte de uma teóloga do porte de Ivone Gebara, é que o feminismo radical, ortodoxo e não dialogante fique restringido apenas a alguns setores da Igreja. O perigo é que enquanto o mundo avança rumo a um diálogo mais aberto e ético sobre o papel da mulher e, por conseguinte, sobre novas possibilidades de negação do aborto, setores da Igreja, que se alto proclamam

de esclarecidos e inovadores, se converterem no redu-to, no feudo do feminismo mais retrogrado e fechado ao ser humano e a sociedade.

Passa-se a apresentação e rápida análise de um pequeno conjunto de seis artigos que foram publicados no número 57 da *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana* (RIBLA). Esse número tem como tema: *Reprodução Humana – Complexidade e Desafios*. No editorial desse número é esclarecido o objetivo dessa temática. Nas palavras do editorial:

[...] mulheres e homens biblistas, teólogas e teólogos construindo posições sobre Reprodução Humana. [...]. Reprodução humana, então, para além de parir, tem a ver com prazer, dignidade, bem estar, direitos de mulheres e homens de construir relações de justiça (EDITORIAL, 2007, p. 5).

Pelo conteúdo do editorial, teoricamente o número 57 da RIBLA deve tratar de um debate teológico sobre as condições de justiça, envolvendo homens e mulheres, sobre a temática da reprodução humana. Uma temática que, ao longo da história, a Igreja devotou grande preocupação e atenção.

A partir desse ponto passa-se a apresentação e análise dos seis artigos, dentre outros, que no número 57 da RIBLA tratam da temática do aborto.

O primeiro artigo é “... *sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra...*” (*Gênesis 1, 28*) – *Produção e reprodução na Bíblia hebraica* de Nancy Cardoso Pereira. De modo geral o artigo de Nancy Cardoso Pereira é bem escrito e apresenta uma serena fundamentação bíblica que demonstra que, ao menos no Antigo Testamento, o texto sagrado está voltado para a gravidez, a maternidade e o cuidado com os (as) filhos (as) e a família. O Antigo Testamento é, pois, um texto pró-vida e pró-família.

No entanto, Nancy Cardoso Pereira afirma que a “experiência religiosa tem também como resultado conferir poder, mas não na configuração de uma liderança, mas no esforço de papéis sociais femininos” (PEREIRA, 2007, p. 14). Por causa disso, as mulheres estão presas à ideologia do Estado e do sagrado que “instrumentaliza e idealiza o protagonismo das mulheres nas questões reprodutivas” (PEREIRA, 2007, p. 30).

Para Pereira (2007) o que existe, desde o Antigo Testamento, é uma espécie de *simbiose* entre o Estado e a religião com o intuito de oprimir a mulher. E o grande sinal visível dessa opressão é justamente a maternidade. É interessante que Pereira (2007) vê a gravidez como uma opressão e não como um momento de felicidade e de graça de Deus para a mulher e para a família.

Para ela, essa opressão só será superada quando se criar “úteros libertos” (PEREIRA, 2007, p. 34). E essa *libertação* passa pela legalização e incentivo a prática do aborto. A perspectiva de Pereira (2007) está bem no

centro do feminismo clássico e radical, desenvolvido, por exemplo, por Ivone Gebara, que vê a mulher como oprimida, a Igreja como opressora e o aborto como uma possibilidade de libertação da mulher. No entanto, para alcançar essa libertação a mulher precisa deixar de ser guiada por “bispos e pastores, padres e cardeais, deputados e policiais, pastoras, freiras e senhoras idealizadoras da mãe parideira do povo” (PEREIRA, 2007, p. 34) e passar a assumir os princípios defendidos pelo feminismo clássico.

O segundo artigo é *Livrai-nos de nossa humilhação (Isaías 4, 1) – Mulheres e reprodução no Primeiro Testamento* de Shigeyuki Nakanose. Nesse artigo Nakanose (2007) demonstra, com boa fundamentação bíblica, que no Antigo Testamento o dever natural da mulher e, por conseguinte, a sua felicidade, consistia na gravidez, na maternidade e em criar, com dedicação e zelo, os (as) filhos (as). Por isso, “ter filhos é graça de Deus” (NAKANOSE, 2007, p. 55). Sobre essa questão ela afirma:

[...] o ato de parir e criar os filhos pertence ao dever natural e importante das mulheres. Cada filho deve ser parido e criado com intensidade e cuidado, pois doenças, guerras e outras calamidades reduzem o número de membros, dificultando a sobrevivência e a manutenção da família ampliada (NAKANOSE, 2007, p. 48-49).

Nakanose (2007) realiza uma equilibrada denúncia da causa de contemporaneamente se falar e se praticar tantos abortos. Para ela, essa prática está relacionada às estruturas sociais que promovem a injustiça social. Em suas palavras:

As elites têm medo do aumento do número dos oprimidos. Elas têm medo de socializar a riqueza. A existência de uma multidão de pobres, em si, já denuncia a existência de uma sociedade injusta. É necessário impedir a proliferação dos pobres. Daí a política do controle demográfico. Por isso, a indústria da guerra, da fome, da doença, da distribuição indiscriminada de anticoncepcionais, a proliferação de abortos (NAKANOSE, 2007, p. 58).

Apesar dessa equilibrada denúncia das condições de injustiça no mundo contemporâneo, condições que são uma das causas do surgimento do aborto, Nakanose (2007) termina caindo no discurso feminista clássico que coloca a culpa dos problemas das mulheres no “deus masculino e centralizador, atrelado aos interesses e aos costumes da sociedade patriarcal” (NAKANOSE, 2007, p. 55). Por causa disso, ela termina fazendo uma defesa indireta da prática do aborto.

Uma coisa que Nakanose (2007) não percebe é que talvez na época em que o Antigo Testamento foi escrito talvez realmente existisse uma sociedade pa-

triarcal que negasse os direitos das mulheres, mas no mundo moderno a mulher não é mais oprimida pelo chamado *patriarcado religioso*, mas por outras formas de opressão oriundas de grupos econômicos, de partidos políticos, do próprio movimento feminista e de outras estruturas sociais.

O terceiro artigo é *Errâncias e itinerários da sexualidade, dos direitos reprodutivos e do aborto – Abordagens bíblico-teológicas* de Elaine Gleci Neuenfeldt.

O estudo que Neuenfeldt (2007) apresenta no número 57 da RIBLA é bem simples e objetivo. Trata-se de um estudo que, em síntese, demonstra que a “procriação e a maternidade na Bíblia são entendidas como benção” (NEUENFELDT, 2007, p. 60).

Uma questão positiva do estudo de Neuenfeldt (2007) é o fato de ela deixar bem claro que a “Bíblia não tem referências diretas que regulamentariam decisões sobre a vida sexual e reprodutiva no que se refere especificamente a interrupção da gravidez não desejada [a prática do aborto]” (NEUENFELDT, 2007, p. 67). Esse fato se torna importante porque é comum militantes e grupos pró-aborto afirmarem que existem na Bíblia referências que podem regulamentar o aborto e que tais referências seriam mantidas em segredo pela Igreja.

Sobre uma possível presença de referências que regulamentem o aborto nos textos bíblicos, Neuenfeldt (2007) é enfática ao negar a existência dessas referências. Em suas palavras:

Há um silêncio total sobre as possibilidades de controle da natalidade nos textos bíblicos. Não há referência à interrupção da gravidez não desejada no AT. Aliás, numa sociedade onde a função primordial das mulheres estava centrada na maternidade, não é de se admirar que não se encontre nenhuma referência ao aborto ou a decisões de não ser mãe (NEUENFELDT, 2007, p. 62).

Apesar dessa constatação, Neuenfeldt (2007) termina o estudo fazendo uma breve, mas objetiva defesa do aborto. Ela não repete o ideário do feminismo clássico, tal qual Ivone Gebara realiza, mas afirma que é necessário, de alguma forma, defender que a mulher possa “tomar a difícil decisão de interromper uma gravidez [fazer um aborto]” (NEUENFELDT, 2007, p. 68).

O quarto artigo é *Um abraço soroal na mulher que aborta* de Carmina Navia Velasco. Assim como o estudo apresentado por Neuenfeldt (2007) a discussão realizada por Velasco (2007) nega que a Bíblia trate da temática do aborto. Para ela é “difícil, para não dizer impossível, encontrar uma posição bíblica perante o aborto. Há um silêncio quase total perante esta realidade” (VELASCO, 2007, p. 73). Sem contar que, de acordo com a pesquisadora, se “passarmos ao Novo Testamento, o panorama não é diferente. Não há palavra ou situação alusiva ao aborto. Em Jesus de Nazaré encontramos

uma clara mensagem, não só de defesa, mas também de cuidado pela vida” (VELASCO, 2007, p. 74). O tipo de reflexão desenvolvida por Velasco (2007) é importante porque ajuda a afastar qualquer dúvida sobre se existe na Bíblia alguma referência ou uma mera possibilidade para a defesa do aborto. Velasco (2007) fecha qualquer possibilidade para isso acontecer.

Ao contrário de Neuenfeldt (2007), que realiza uma discreta defesa do aborto, Velasco (2007) faz uma defesa apaixonada dessa prática. Num primeiro plano, ela parte do senso comum do feminismo radical e clássico, representado por Ivone Gebara, que afirma, dentre outras coisas, que “desde os primeiros Padres da Igreja, se praticou permanentemente uma clara desvalorização da vida e do ser da mulher” (VELASCO, 2007, p. 74) e que o “endurecimento atual da posição da Igreja diante do aborto explica-se, entre outras coisas, pela não escuta da palavra feminina em seu interior” (VELASCO, 2007, p. 75). Num segundo plano, ela defende, de forma radical, a prática do aborto. Para ela, a “única palavra plenamente válida sobre o aborto ou a interrupção da gravidez a têm os milhões de mulheres” (VELASCO, 2007, p. 69) e que, por conseguinte, “sem complexo de culpa” (VELASCO, 2007, p. 79) é preciso “discriminar ou legalizar” (VELASCO, 2007, p. 72) o aborto para que as “mulheres possam realizar a interrupção da gravidez” (VELASCO, 2007, p. 78).

A posição de Velasco (2007) sobre a legalização do aborto é muito radical e unilateral. O motivo disso é que se, pois, o movimento feminista deseja ser democrático, então por que não ouve as verdadeiras mulheres que vivem, nas cidades e na zona rural, sobre o aborto? Se o movimento feminista tiver essa postura verá que a maioria das mulheres tem uma opinião bem diferente da expressa por Velasco (2007).

O quinto artigo é *Living la vida loca – Reflexões sobre os amores ilegais de Deus e a defesa da vida* de Marcella Maria Althaus-Reid. Trata-se de um pequeno, mas radical estudo que defende o aborto. O estudo parte da tese, defendida por Pereira (1999, p. 87), que afirma que Jesus Cristo é um aborto realizado por Deus. Todo o sangue e dor que Jesus Cristo sofreu durante a sua crucificação e morte não passam do sangue do abortamento que Deus fez para poder amar a humanidade. Deus, enquanto mulher, abortou Jesus e, com isso, demonstrou seu amor materno e feminino pelo mundo.

Para Althaus-Reid (2007) a mulher vive presa a uma estrutura “hetero-patriarcal” (ALTHAUS-REID, 2007, p. 84) e a “tradição do poder de desamor da Igreja” (ALTHAUS-REID, 2007, p. 82). Para ela, a mulher só será livre e feliz se conseguir romper com a “burocratização eclesial” (ALTHAUS-REID, 2007, p. 81). Em sua visão, essa libertação é possível mediante repensar a noção e o papel de Deus na sociedade Ocidental. É

preciso deixar de ver Deus como pai, provedor, protetor, salvador e outras categorias semelhantes. É preciso passar a ver Deus como um “deus erótico, espontâneo e des-regulado”, um Deus que promove a “libertação do aborto” (ALTHAUS-REID, 2007, p. 85) e, por conseguinte, a emancipação da mulher.

É interessante notar que, na visão de Althaus-Reid (2007), o aborto aparece como uma espécie de *porta mágica* que trará a liberdade e a emancipação para a mulher. O problema é que nos países onde o aborto foi legalizado a mulher não se tornou feliz e totalmente emancipada. O processo para alcançar a felicidade e a emancipação é muito mais complexo do que é apresentado por Marcella Maria Althaus-Reid.

O sexto e último artigo é *Como uma colcha de retalhos – Observações sobre vida e pessoa na discussão sobre o aborto, a partir do Antigo Testamento* de Adriana Kuhn. No rastro de Neuenfeldt (2007) e Velasco (2007), o artigo de Kuhn (2007) nega que a Bíblia tenha algum tipo de conteúdo ou referência que possa ser usada para defender o aborto. De acordo com Kuhn (2007):

O texto bíblico não menciona a prática do aborto. [...] encontramos um silêncio quase que absoluto do texto no que diz respeito ao aborto. [...] a lei mosaica, em alguns casos bem explícitos no que diz respeito à defesa da vida, não fala sobre o aborto. [...] Existem poucas passagens onde o termo aborto (*nefel*) aparece; dentre elas podemos citar SI 58 e Jó 3. Nestes textos, o aborto é mencionado em termos de comparação e indica algo não desejável. (KUHN, 2007, p. 92).

Apesar de reconhecer que na Bíblia não há um único fundamento para o aborto, Kuhn (2007) realiza uma discussão que pode ser enquadrada na categoria de *contemporânea*, ou seja, a pesquisadora não vê a gravidez, a maternidade e a criação dos (as) filhos (as) como algo natural e inerente a vida humana. Para ela a perspectiva bíblica e, por conseguinte, da sociedade ocidental condenou a mulher a estar “aprisionada a maternidade” (KUHN, 2007, p. 94).

Para Kuhn (2007) é preciso repensar a condição da mulher na sociedade ocidental, rever a sua condição de procriadora e de mãe. No entanto, ela repensa a condição da mulher no Ocidente a partir de uma posição muito comum dentro do movimento feminista clássico, ou seja, a relativização do conceito de vida. Na perspectiva da pesquisadora “não significa que há um consenso no que diz respeito, sobretudo, ao início da vida humana” (KUHN 2007, p. 86).

Com a relativização do conceito de vida humana, a ideia de que *não há consenso sobre quando a vida se inicia*, Kuhn (2007) tenta achar uma *brecha*, um argumento que possa validar o aborto. Por meio da tentativa de validação do aborto, Kuhn (2007) tenta encontrar

uma *saída*, uma forma da mulher, no Ocidente, deixar de estar presa a maternidade e, com isso, poder construir uma nova identidade dentro da sociedade.

#### 4 ABORTO E TEOLOGIA NO BRASIL: REAFIRMAÇÃO DA DOCTRINA DA IGREJA E NOVA POSTURA PASTORAL

Essa parte do artigo tem por missão apresentar a mais recente perspectiva existente dentro do debate travado sobre o aborto e a teologia no Brasil. Essa perspectiva traz para o cenário católico a reafirmação da doutrina da Igreja sobre a dignidade da vida humana e, por conseguinte, a condenação ao aborto e, ao mesmo tempo, uma nova postura pastoral frente aos desafios provocados pela cultura de morte.

De forma ainda muito tímida, afirma-se que essa perspectiva tem duas origens.

A primeira origem é o *Documento de Aparecida*, o qual apresenta a Igreja não como uma instituição opressora, como fazem alguns representantes do feminismo clássico, mas como um “serviço de caridade” (*Documento de Aparecida*, n. 98).

Por causa disso, o próprio documento, constata que o “aborto faz duas vítimas: por certo a criança, mas também a mãe” (*Documento de Aparecida* n. 469). Na visão desse documento o aborto é uma violência brutal, antiética e mesquinha. Uma violência causada por uma série de interesses econômicos, políticos e ideológicos. Na maioria das vezes, a mulher, a mãe, e a criança desconhecem a existência desses interesses antiéticos, dessas formas oriundas da cultura da morte. É por causa disso que o documento recomenda que a Igreja deva “acolher com misericórdia aquelas que abortaram, para ajudá-las a curar suas graves feridas e convidá-las a serem defensoras da vida” (*Documento de Aparecida* n. 469).

A segunda origem é a proposta de renovação pastoral trazida pelo Papa Francisco. O pontífice deseja uma Igreja mais perto das pessoas, dos mais carentes e das vítimas de violência, seja qual for o tipo ou modelo de violência. Trata-se de uma proposta genuinamente evangélica. No entanto, o Papa deixa claro que não se deve menosprezar ou abandonar a doutrina da Igreja, principalmente a doutrina que fala da defesa da dignidade da pessoa humana e, por conseguinte, a recusa a aceitar qualquer tipo de aborto. Essa proposta fica evidente na benção apostólica que o Papa Francisco enviou aos fiéis, comunidades e paróquias que participam, no Brasil, da Semana Nacional da Família, realizada entre os dias 11 e 17 de agosto de 2013. Nas palavras do pontífice: “[...] diante da cultura do descartável, que relativiza o valor da vida humana, os pais são chamados a transmitir aos seus filhos a consciência de que esta deva sempre ser defendida, já desde o ventre materno,

reconhecendo ali um dom de Deus e garantia do futuro da humanidade” (PAPA FRANCISCO, 2013).

Como esse modelo é relativamente recente não se tem grande produção teológica para ser analisada. Apesar disso, toma-se como modelo analítico o artigo *O aborto numa perspectiva pastoral* de Mário Antônio Sanches.

O autor do artigo debate o tema do aborto numa ótica da “questão de gênero” (SANCHES, 2012, p.122). Ele não se profunde na problemática da *questão de gênero*. O que ele faz, num primeiro plano, é demonstrar que o “católico do mundo todo, independentemente do ordenamento jurídico do país em que vive, junto com o magistério, assume a posição de que o aborto é inaceitável e configura um grave problema moral” (SANCHES, 2012, p.128).

Num segundo plano, ele propõe que “numa visão mais complexa da posição da Igreja sobre o aborto é possível, se a fizermos numa dupla perspectiva: a posição da Igreja Mestra e a posição da Igreja Mãe” (SANCHES, 2012, p.122).

Para Sanches (2012), de um lado, a Igreja não pode e não deve jamais rejeitar, modificar ou abandonar a doutrina da defesa da vida e, por conseguinte, a rejeição a qualquer modelo de aborto. Essa é a postura, sensata e equilibrada, da Igreja Mestra. Do outro lado, é preciso ver que existem milhares de mulheres que, de uma forma direta ou indireta, são afetadas pelos desequilíbrios emocionais, financeiros e políticos, são mulheres vítimas de artimanhas discursivas, de armadilhas ideológicas, vítimas do machismo, da sociedade hedonista e do prazer sexual, vítimas dos preconceitos oriundos do feminismo e outros fatores. É um tipo de mulher que, muitas vezes, é uma vítima e não exatamente uma cúmplice do crime do aborto. Diante dessas mulheres a Igreja é convocada a ser Mãe, ou seja, acolher, ouvir e cuidar dessa mulher. A Igreja é convocada a transformar essa mãe, essa mulher, de uma coparticipante de alguma prática abortiva em “defensora da vida” (*Documento de Aparecida* n. 469).

A Igreja simultaneamente tem o dever moral de anunciar a doutrina da defesa e da dignidade da vida humana – a Igreja Mestra – e a “apoiar e acompanhar pastoralmente e com especial ternura e solidariedade as mulheres que decidiram não abortar” (*Documento de Aparecida*, n. 469) – a Igreja Mãe.

Diante da equilibrada proposta feita por Sanches (2012), apresentam-se duas análises:

A primeira análise é que Sanches (2012), de forma apressada, incorpora em seu estudo a perspectiva da *questão ou teoria de gênero*. Isso não é uma postura isolada. Vê-se que atualmente, em muitos círculos de pesquisadores católicos, há uma incorporação, com relativa presa, de expressões e conceitos que são recentes e que, por conseguinte, não passaram pelo crivo da crítica especializada.

A segunda análise é que a proposta de Sanches (2012), ou seja, na temática do aborto unir a Igreja Mes-tra e a Igreja Mãe, é profundamente equilibrada e viável do ponto de vista pastoral. De fato, a Igreja não pode deixar de condenar o aborto, um dos atos mais violentos que um ser humano pode ser submetido, mas ela precisa usar sua estrutura física e pastoral para acolher a mulher que deseja abortar ou que, por questões diversas, praticou um aborto. Esse processo de acolhimento, de amorização, fará com que o número de abortos diminua, sem contar que vai contribuir decisivamente para haver uma maior consciência provida, pró-família e anti-aborto.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da relação entre o aborto e a teologia no Brasil é um tema controverso e ainda aberto a novas intervenções tanto do magistério da Igreja como também dos estudiosos das ciências humanas. Por isso, apenas a título de considerações finais, se realiza cinco observações.

1. Em grande parte dos estudos que foram apresentados e analisados a “Igreja em geral” (VELASCO, 2007, p. 71) é apresentada como opressora, machista, patriarcal e responsável por grande parte das angústias e sofrimentos das mulheres. São estudos que não apresentam a rica dialética, que desde a sua origem, a Igreja trava com a sociedade e com as mulheres. Se houveram avanços no campo dos direitos humanos e da incorporação da figura da mulher aos diversos ambientes sociais, esse avanço se deve, em parte, graças à luta da Igreja em prol da dignidade da pessoa humana. Por causa disso, os pesquisadores no campo da teologia e de outros ramos das ciências humanas precisam deixar um pouco de lado seus preconceitos antirreligiosos e anti-Igreja e ver, com certa neutralidade, o bem que a Igreja trouxe e continua a trazer para o homem e para a sociedade.

2. Em muitos artigos que foram apresentados e analisados encontra-se um modelo de feminismo que se autoproclama de “feminino plural” (PEREIRA, 2007, p. 34), ou seja, um modelo de feminismo que teoricamente procura enxergar o ser humano e a sociedade por diversos ângulos. No entanto, a análise discursiva dos artigos demonstra que esse feminismo não é plural. É um tipo de feminismo radical, binário, maniqueísta que vive de uma oposição pobre, e muitas vezes esvaziada, entre a figura da mulher X a Igreja. Em grande medida, a Igreja e a reflexão teológica precisam sair desse tipo de oposição pobre e parasitária. É preciso incorporar ao debate a crítica ao feminismo e as teorias oriundas do movimento pós-feminista. Essa

crítica é bem mais sensata e se aproxima do ideal cristão de dignidade da pessoa humana.

3. No tocante ao aborto, ao longo do artigo se apresentou várias posições que veem a Igreja e os cristãos como retrógrados e atrasados. Por essa posição, quem critica o aborto e busca uma ação provida dentro da sociedade é alguém atrasado que não acompanhou as novidades e os modismos intelectuais e culturais.

O problema é que, nem sempre, acompanhar modismo significa promover a emancipação e a dignidade humana. Em muitos momentos da história existiram situações que foram apresentadas como modernas e vanguarda, mas que, logo em seguida, foram desmascaradas e se relevaram como opressoras e negadoras da dignidade humana. A Igreja e os cristãos, mais do que nunca, precisam ter consciência que são uma “força profética em nossos tempos” (SANCHES, 2012, p.128). E uma forma dessa força profética se manifestar é a denúncia e a não aceitação de qualquer modelo ou prática abortiva.

4. O pensador Taureck (2007, p. 56) questiona se a dignidade da pessoa humana se aplica apenas para o indivíduo que possui um passaporte, uma certidão de nascimento, uma carteira de trabalho ou outro tipo de documento? Será, por exemplo, que um analfabeto ou um membro de uma tribo que vive isolada e distante de toda a burocracia e dos confortos da vida moderna, não são pessoas humanas? O próprio Taureck (2007) responde essas perguntas, que são muito inquietantes, afirmando que o indivíduo, independente de qualquer norma ou matriz social e cultural, tem que ter sua dignidade reconhecida e respeitada. É por isso que ele constrói um dos princípios mais importantes dos direitos humanos no início do século XXI, o qual afirma que a “dignidade de nenhum homem poderá ser violada” (TAURECK, 2007, p. 57). Baseado nesse princípio, a Igreja e todos os homens de boa fé devem lutar constantemente para que o feto seja incorporado às estruturas sociais e, com isso, o aborto definitivamente seja banido da vida humana.

5. A Igreja, enquanto Mãe tem a missão e o dever ético de incorporar a mãe que abortou e a mulher que tentou ou pensa em fazer um aborto. As diversas estruturas pastorais da Igreja devem se abrir para um acolhimento de amor e, ao mesmo tempo, para transformar essas mães e mulheres em agentes de defesa e promoção da vida. Com isso, essas mães e mulheres vão contribuir para o aprimoramento da dignidade da pessoa humana e para que o aborto seja definitivamente banido da vida social.

Por fim, afirma-se que a Igreja e os cristãos devem ser a verdadeira vanguarda cultural. Uma vanguarda marcada pela defesa da dignidade da pessoa humana, da inclusão da mulher nos espaços sociais, do acolhimento da mulher que tentou ou fez um aborto e da constante luta contra toda e qualquer forma de manifestação do aborto e de outros elementos que compõem a cultura da morte.

## REFERÊNCIAS

- ALTHAUS-REID, M. M. Living La vida loca – Reflexões sobre os amores ilegais de Deus e a defesa da vida. In: **Revista de Interprtação Bíblica Latino-Americana**, n. 57, 2007, p. 80-85.
- BÍBLIA. **Versão Jerusalém**. São Paulo: Loyola, 1999.
- CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR. **Aborto: conversando a gente se entendi**. Brasília: CDD, 2007.
- CELAM. **Documento de Aparecida**. São Paulo: Paulinas, 2007.
- FAITANIN, P. S. Embriologia Tomista: doutrina da animação e individuação do embrião humano em Tomás de Aquino. In: **Coletânea**, Rio de Janeiro, v. 2, n.6, p. 167-197, 2004.
- GEBARA, I. Direito a decidir: algumas reflexões filosóficas e teológicas. In: **Pastoral da Mulher de BH**, 08/11/2010. Disponível em <<http://pastoraldamulherbh.blogspot.com.br/2010/11/direito-decidir-algumas-reflexoes.html>>. Acessado em: 01 Out. 2013.
- GEBARA, I. Em defesa da legalização e da descriminalização do aborto. Entrevista ao IHU Online. In: **IHU Online**, n. 219, ano VII, 14/05/2007.
- GEBARA, I. Hierarquia da Igreja, obstáculo para empoderamento feminino. In: **Adital**, 09/10/2009. Disponível em: <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=41869&langref=PT&cat=>>>. Acessado em: 01 Out. 2013.
- GEBARA, I. O aborto não é pecado. Entrevista concedida a Naike Nane e Mônica Bérghamo. In: **Veja**, São Paulo, outubro de 1993.
- GEBARA, I. Papa Francisco e a teologia da mulher: algumas inquietações. **Adital**, 02/08/2013. Disponível em <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=76779&grv=N>>. Acessado em: 01 Out. 2013.
- HADJADJ, F. Embriões. In: *Porta Fidei*, 10/10/2013.
- KUHN, A. Como uma colcha de retalhos – Observações sobre vida e pessoa na discussão sobre o aborto, a partir do Antigo Testamento. In: **Revista de Interprtação Bíblica Latino-Americana**, n. 57, p. 86-95, 2007.
- MAKOW, H. O fim da mulher. In: *Mídia Sem Mascara*, 09/10/2013.
- NAKANOSE, S. Livrai-nos de nossa humilhação (Isaías 4, 1) – Mulheres e reprodução no Primeiro Testamento. In: **Revista de Interprtação Bíblica Latino-Americana**, n. 57, p. 45-58, 2007.
- NEUENFELDT, E. G. Errâncias e itinerários da sexualidade, dos direitos reprodutivos e do aborto – Abordagens bíblico-teológicas. In: **Revista de Interprtação Bíblica Latino-Americana**, n. 57, p. 59-68, 2007.
- OLIVEIRA, F. **Bioética**: uma face da cidadania. São Paulo: Moderna, 1997.
- PAGLIA, C. O feminismo não é honesto com as mulheres. In: **Época**, 02/03/2012.
- PAPA FRANCISCO. Mensagem para os fiéis, comunidades e paróquias que participam, no Brasil, da Semana Nacional da Família. In: **Boletim CNBB**, Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/site/comissoes-episcopais/vida-e-familia/12594-papa-francisco-envia-mensagem-e-bencao-aos-participantes-da-semana-nacional-da-familia-2013>>. Acessado em 13 Ago. 2013.
- PEREIRA, N. C. “... sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra...” (Gênesis 1, 28) – Produção e reprodução na Bíblia hebraica. In: **Revista de Interprtação Bíblica Latino-Americana**, n. 57, p. 9-34, 2007.
- PEREIRA, N. C. **Amantíssima e só – Evangelho de Maria & as outras**. São Paulo: Olho D’Água, 1999.
- RANKIN, L. A corrente principal do feminismo alienou muitas mulheres e isso precisa parar. In: **Questões Plurais**, 12/05/2013. Disponível em: <<http://questoesplurais.tumblr.com/post/50226064463/corrente-principal-do-feminismo-alienou-muitas-mulheres>>. Acessado em: 08 Out. 2013.
- REVISTA DE INTERPRTAÇÃO BÍBLICA LATINO-AMERICANA. **Editorial**, n. 57, p. 5-8, 2007.
- ROXO, R. M. Teologia e métodos contraceptivos. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 27, fasc. 1, p. 69-82, Mar. 1967.
- SANCHES, M. A. O aborto numa perspectiva pastoral. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. LXXII, fasc. 285, janeiro, p. 119-137, 2012.
- SNOEK, J. Aspectos biológicos, éticos e jurídicos do aborto. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 31, fasc. 124, p. 878-890, Dez. 1971.

SULLOWAY, A. W. O controle da natalidade e a doutrina católica. In: HARDIN, G. **População, evolução, controle da natalidade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, p. 219, 1967.

TAURECK, B. H. F. **A dignidade humana na era da sua supressão**: um escrito polêmico. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2007.

VELASCO, C. N. Um abraço sororal na mulher que aborta. In: **Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana**, n. 57, p. 69-79, 2007.

VERRI, G. **A gestante exposta ao ruído: efeitos auditivos para o feto**. Monografia de Especialização. Porto Alegre: Centro de Especialização em Fonoaudiologia, Clínica Audiologia, 1999.

ZILLES, U. A sacralidade da vida. In: **Teocomunicação**, PUCRS, v. 37, p. 337-351, 2007.

ZILLES, U. Despenalização do aborto? In: **Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 20, n. 90, p. 303-310, 1990.

ZILLES, U. Regulação de natalidade? In: **Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 7, n. 37, p. 255-261, 1977.

ZILLES, U. Visão cristã da sexualidade humana. In: **Teocomunicação**, PUCRS, v. 39, p. 336-350, 2009.

## **SOBRE O AUTOR**

### **Ivanaldo Santos**

Filósofo, com pós-doutorado em Estudos da Linguagem pela USP, doutor em Estudos da Linguagem pela UFRN, professor do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte –UERN.

**Contato:** [ivanaldosantos@yahoo.com.br](mailto:ivanaldosantos@yahoo.com.br)